

PERFIL DE PROJETO (PP)
BRASIL
PROFISCO - PIAUÍ
PROJETO DE DESENVOLVIMENTO E APERFEIÇOAMENTO DA GESTÃO FISCAL DO
ESTADO DO PIAUÍ (PROFISCO/PI)
(BR- L1238)

EMPRÉSTIMO INDIVIDUAL DA LINHA DE CRÉDITO CONDICIONAL DO PROGRAMA DE
APOIO À GESTÃO E INTEGRAÇÃO DOS FISCOS NO BRASIL (PROFISCO BR-X1005)

I. DADOS BÁSICOS

Titulo do Projeto:	Projeto de Desenvolvimento e Aperfeiçoamento da Gestão Fiscal do Estado do Piauí (PROFISCO/PI).	
Número de Projeto:	BR-L1238.	
Equipe de Projeto:	Marcio Cracel (ICF/FMM), Chefe de Equipe; Aderbal Curvelo (FMM/CBR); Teresa Maurea Faria (LEG/SGO); Fernando Glasman (Especialista Financeiro), Flávio Galvão (Consultor); e Cecilia Bernedo (ICF/FMM).	
Mutuário	Estado do Piauí.	
Organismo executor:	Estado do Piauí, através da Secretaria da Fazenda do Estado do Piauí (SEFAZ/PI).	
Plano de financiamento:	BID: (CO)	US\$ 16,95 milhões
	Local	<u>US\$ 1,78 milhões</u>
	Total	US\$ 18,73 milhões
Salvaguardas:	Políticas identificadas:	Nenhuma
	Categoria Ambiental Social:	“C”

II. JUSTIFICATIVA GERAL

- 2.1 A presente operação faz parte da Linha de Crédito Condicional (CCLIP) PROFISCO (BR-X1005), aprovada pelo Diretório do Banco por meio da Resolução DE-132/08, datada em 5 de novembro de 2008.

A. Aspectos sócio-econômicos

- 2.2 O Estado do Piauí é uma das 27 unidades federativas do Brasil, localizado na Região Nordeste, entre os Estados da Bahia, Pernambuco, Ceará, Maranhão e Tocantins. Ocupa uma área de 252.378 km². Em 2007, a população do Estado do Piauí chegou a aproximadamente 3.0 milhões de habitantes, sendo 64,13% localizada na área urbana e 35,87% na área rural.
- 2.3 Em 2008, o Estado do Piauí contribuiu com 0,70% (R\$9.32 bilhões) para a totalização do PIB Nacional (R\$2.9 trilhões). Os principais componentes da economia do Estado são: (i) serviços, com 58,99%; (ii) comércio, com 18,70%; (iii) indústria, com 12,80%; e (iv) agropecuária, com 9,51%.

B. A Gestão Fiscal do Estado do Piauí: avanços e tarefas pendentes

- 2.4 O Estado do Piauí vem cumprindo todos os ditames da Lei de Responsabilidade Fiscal, mantendo uma posição fiscal equilibrada e apresentou os seguintes resultados no ano de 2008:

Quadro 2.1: Metas Fiscais (Art 4o da LRF) – Avaliação do Cumprimento de Metas

Em R\$ Mil

Especificação	Metas previstas 2008	% PIB (PI)	Metas Realizadas 2008	% PIB (PI)	Variação	
					Valor	%
I - Receita Não Financeira	3.792.818	40,66	4.251.118	45,57	458.300	12,08
II - Despesa Não Financeira	3.480.842	37,32	3.942.266	42,26	461.424	13,26
III - Resultado Primário	311.976	3,34	308.852	3,31	(3.124)	(1,00)
IV - Resultado Nominal	41.229	0,44	95.803	1,03	54.574	132,37
Fonte: LDO para 2009 e SIAFEM.			PIB/PI - 2009		9,328,099.00	

- 2.5 Com relação à evolução da Receita Tributária, o Estado do Piauí passou de R\$1,24 bilhões em 2006 para R\$1,38 bilhões em 2007, caracterizando uma evolução de 12,35%, onde a arrecadação do ICMS evoluiu 7,35%, IPVA 18,22%, ITCMD 115,07% e outras receitas evoluíram 57,57%, conforme mostra a tabela abaixo.

Quadro 2.2: Receita Tributária

Receita Tributária	R\$		
	2006	2007	Evolução %
ICMS	1.071.811.008	1.150.587.896	7,35
IPVA ¹	53.332.312	63.051.916	18,22
ITCMD	1.099.805	2.365.363	115,07
Outros	109.058.146	171.846.832	57,57
Total	1.235.301.271	1.387.852.007	12,35

- 2.6 **Avanços alcançados.** No período de 1997 a 2008 foram observados grandes avanços no âmbito da gestão fiscal, provenientes de um amplo processo de desenvolvimento e fortalecimento institucional, financiado em grande medida com recursos do Banco, no âmbito do Programa Nacional de Apoio à Administração Fiscal para os Estados Brasileiros (PNAFE), avanços estes destacados por área conforme segue:
- 2.7 **Área de gestão administrativa.** (i) iniciada a disseminação da cultura de planejamento estratégico junto às diversas áreas; (ii) implantação de um Sistema de Avaliação de Metas (SAM); (iii) iniciada a implantação do programa de educação fiscal; (iv) adequação física e funcional das unidades fazendárias; e (v) redesenho dos processos organizacionais da SEFAZ.
- 2.8 **Administração tributária.** (i) implantação do Sistema Integrado de Administração Tributária (SIAT) e do Portal da SEFAZ; (ii) implantação da nova Declaração de Informações Econômico-Fiscais, que substituiu várias declarações; (iii) substituição dos postos fiscais intermediários fixos para a fiscalização itinerante e criação da Gerência de Suporte à Ação Fiscal (GESAF);

¹ O controle gerencial é todo no DETRAN.

(iv) implantação da fiscalização por segmento econômico; (v) criação do Corpo de Julgadores (COJUL), 1ª instância administrativa; (vi) diminuição do tempo de apuração da arrecadação de 30 dias para 5 dias úteis; (vii) automatização da arrecadação; (viii) disponibilização de pareceres fiscais na Internet; (ix) adequação das unidades de atendimento; (x) implantação do atendimento virtual, fale conosco e plantão fiscal e criação de uma Unidade de Atendimento ao Contribuinte.

- 2.9 **Administração financeira, patrimônio e controle interno.** (i) implantação do Sistema Integrado de Administração Financeira dos Estados e Municípios (SIAFEM); e (ii) criação da Controladoria Geral do Estado, vinculada ao Governador.
- 2.10 **Gestão de recursos estratégicos.** (i) implantação da política de treinamento e desenvolvimento de pessoas; e (ii) criação da Escola Fazendária - ESAFAZ.
- 2.11 **Desafios².** Apesar dos importantes avanços alcançados, verifica-se, ainda, a necessidade de apoio em áreas específicas, em decorrência dos seguintes motivos: (i) desarticulação entre a missão da SEFAZ e suas ações, comprometendo o desempenho da sua gestão e dificultando a produção de informações de qualidade para a tomada de decisões; (ii) baixo aproveitamento do potencial de arrecadação, dificultando o atendimento das demandas de serviços prestadas pelo Estado; (iii) dificuldade na gestão financeira e patrimonial, gerando distorções na execução orçamentária e comprometendo a qualidade do gasto público; e (iv) estruturas tecnológica, física e de gestão de pessoas insuficientes para atender as novas demandas internas e externas dirigidas à SEFAZ.

C. Objetivo e resultados esperados

- 2.12 O objetivo geral deste Projeto é apoiar o fortalecimento da gestão fiscal do Estado do Piauí, visando: (i) melhorar os instrumentos de planejamento; (ii) incrementar a receita própria; (iii) aumentar a efetividade e a qualidade do gasto público; e (iv) prover melhores serviços aos cidadãos. O Projeto financiará ações estruturadas em 4 (quatro) componentes conforme segue:
- 2.13 **Componente I – Gestão estratégica integrada,** contemplando a implantação de: (i) modelo de planejamento estratégico; (ii) modelo de gestão de estudos econômico-fiscais SEFAZ e SEPLAN; (iii) programa de intercâmbio e conhecimentos; e (iv) modelo de gestão da comunicação interna.
- 2.14 **Componente II – Administração tributária e contencioso fiscal,** contemplando: (i) consolidação e disseminação da legislação tributária na Intranet e Web; (ii) implantação do modelo de fiscalização de trânsito e adequação dos postos fiscais ao novo modelo; (iii) implantação do módulo de acompanhamento do crédito acumulado no SIAT; (iv) implantação do modelo de inteligência fiscal (Datawarehouse); (v) implantação do modelo de fiscalização de estabelecimento;

² O anexo Matriz de Problemas / Causas / Soluções / Resultados, detalha cada um dos quatro problemas apresentados nos desafios.

- (vi) implantação do modelo de planejamento da ação fiscal; (vii) implantação da sistemática de cobrança do IPVA e do ICMS; (viii) implantação do cadastro sincronizado; e (ix) implantação do sistema público de escrituração digital (SPED) e da nota fiscal eletrônica.
- 2.15 **Componente III – Administração financeira**, incluindo a implantação de: (i) modelo de controle da dívida pública; (ii) modelo de gestão de precatórios; (iii) modelo de contabilidade de custos incluindo o novo plano de contas Nacional no Estado; (iv) modelo de gestão da execução orçamentária e financeira integrado com a folha de pagamento; (v) modelo de gestão de controle interno; e (vi) modelo de gestão dos contratos e convênios celebrados pela administração pública.
- 2.16 **Componente IV – Gestão de recursos estratégicos**, propiciando a implantação do: (i) programa de educação fiscal (ampliação); (ii) modelo de agências pólos no interior; (iii) plano diretor de tecnologia da informação e comunicação; (iv) centro de segurança de informação e equipamentos; (v) infra-estrutura de rede interna e de longa distância; (vi) sistema autorizador de emissão de NF-e; (vii) modelo de certificação digital; (viii) programa de desenvolvimento dos servidores da área fiscal da sede e do interior; (ix) modelo de gestão de ética dos servidores da SEFAZ; (x) modelo de avaliação de desempenho da SEFAZ; e (xi) modelo de gestão do conhecimento.
- 2.17 **Resultados³**: Os resultados esperados mais relevantes como consequência da execução do Projeto são: (i) redução em 50% da diferença entre a arrecadação prevista e arrecadada do ICMS; (ii) 90% do orçamento executado conforme planejado; (iii) tempo médio de resposta de um processo de consulta de contribuinte reduzido de uma semana para 48 horas; (iv) aumento de 20% da arrecadação do ICMS oriunda da modernização dos postos fiscais e do aperfeiçoamento das ações de inteligência fiscal; (v) diminuição para 10% das improcedências dos autos de infrações dos processos administrativos tributários; (vi) aumento de 10% da arrecadação do IPVA por ano proveniente da cobrança administrativa; (vii) redução do tempo médio de abertura de firma de 60 para 5 dias; (viii) diminuição do tempo de finalização do balanço de 60 para no máximo 30 dias; e (ix) aumento de 12 para 35 do número de agências pólos de atendimento.
- 2.18 Os impactos esperados decorrentes da execução do Projeto são: (i) maior efetividade no combate à evasão fiscal nas operações de circulação de mercadorias; (ii) agilidade na abertura de novos negócios com reflexos na economia local; (iii) redução do comércio informal com a ampliação da base de contribuintes; (iv) melhoria do planejamento e execução orçamentária e financeira do Estado; (v) fortalecimento da relação entre o fisco e o contribuinte;

³ O anexo Matriz de Problemas / Causas / Soluções / Resultados, apresenta uma lista das metas físicas e de resultados de cada um dos produtos de cada componente /subcomponente do Programa.

(vi) melhoria da qualidade do processo decisório; (vii) melhoria do clima organizacional; e (viii) fortalecimento da imagem institucional da SEFAZ/PI.

III. ASPECTOS DO DESENHO E CONHECIMENTO DO SETOR

- 3.1 A SEFAZ/PI conta com equipe de servidores para a preparação e execução do Projeto, com experiência adquirida na execução do PNAFE, que tem participado dos grupos temáticos que visam compartilhar soluções técnicas no âmbito da administração fazendária. A SEFAZ/PI está desenvolvendo as soluções para adoção do SPED, da Nota Fiscal Eletrônica e do Cadastro Sincronizado Nacional, com recursos a serem contratados junto ao PMAE. Assim mesmo, com a finalidade de mitigar possíveis riscos, existe a necessidade de capacitação institucional, em temas relacionados às aquisições/contratações e gerenciamento de projetos.
- 3.2 A presente Operação é continuação de importantes experiências desenvolvidas pelo Banco no apoio ao processo de modernização na área fiscal e financeira no Brasil: (i) Programa de Modernização da Receita Federal-1995; (ii) Programa Nacional de Apoio à Administração Fiscal para os Estados Brasileiros (PNAFE-1996); (iii) Programa Nacional de Apoio à Gestão Administrativa e Fiscal dos Municípios Brasileiros (PNAFM-1999); (iv) Programa de Modernização do Sistema de Controle Externo de Estados, Distrito Federal e Municípios Brasileiros (PROMOEX-2005); (v) Programa Nacional de Apoio à Gestão dos Estados e do Distrito Federal (PNAGE-2006); e (vi) Programas de Fortalecimento da Gestão Fiscal dos Estados de São Paulo e Bahia (2003 e 2006).

IV. SALVAGUARDAS

- 4.1 Em relação a questões ambientais, o Projeto obteve uma classificação “C”, de acordo com os critérios da “Política de Salvaguardas Ambientais do Banco (OP-703)” (ver anexos II–III). Por tratar-se de um Projeto no qual suas ações são de natureza administrativa fiscal não haverá riscos de impactos ambientais negativos.

V. RECURSOS E CRONOGRAMA

- 5.1 O Anexo V detalha o cronograma do Projeto e estabelece as etapas e os requisitos necessários para se alcançar a preparação da Proposta para o Desenvolvimento da Operação (POD) em 30 de setembro de 2009. Para a preparação do projeto, serão necessários recursos de fundos administrativos para a realização de uma missão de identificação e outra de análise (US\$19.240) e apoio de consultoria por 40 dias (US\$27.720).

Anexo I

Este anexo fue extraido por ser confidencial.

SAFEGUARD POLICY FILTER REPORT

This Report provides guidance for project teams on safeguard policy triggers and should be attached as an annex to the Project Concept Document (or equivalent) together with the Safeguard Screening Form, and sent to ESR.

PROJECT DETAILS	IDB Sector	Reform/Modernization of the State
	Project Type	Investment Loan
	Additional Operation Details	
	Country	Brazil
	Project Status	New Operation
	Investment Checklist	Institutional Development Investment
	Team Leader	Marcio Cracel (ICF/FMM)
	Project Title	PROFISCO – Piauí. Projeto de Desenvolvimento e Aperfeiçoamento da Gestão Fiscal do Estado do Piauí (PROFISCO/PI)
	Project Number	BR-L1238
	Safeguard Specialist(s)	Arcindo Santos
	Assessment Date	2009-02-26
	Assessment Number	2009-02264011-2
	Additional Comments	

SAFEGUARD POLICY FILTER RESULTS	Project Type	Investment Loan	
	Safeguard Policy Items Identified (Yes)	No issues identified	
	Potential Safeguard Policy Items (?)	No potential issues identified	
	Recommended Action	Operation has not triggered any Policy Directives. Complete Project Classification Tool. Submit Safeguard Policy Filter Report, PCD (or equivalent) and Safeguard Screening Form to ESR. <i>Policy Directives can be accessed from the Resources tab on the Toolkit home page.</i>	
	Additional Comments		

ASSESSOR DETAILS	Name of person who completed screening:	Marcio Cracel
	Title	Fiscal Economist
	Date	2009-02-26

SAFEGUARD SCREENING FORM

This Report provides a summary of the project classification process and is consistent with Safeguard Screening Form requirements. The printed Report should be attached as an annex to the Project Concept Document (or equivalent) (together with the Safeguard Policy Filter Report) and sent to ESR.

PROJECT DETAILS	IDB Sector	Reform/Modernization of the State
	Project Type	Innovation Loan
	Additional Operation Details	
	Country	Brazil
	Project Status	New Operation
	Investment Checklist	Institutional Development Investment
	Team Leader	Marcio Cracel (ICF/FMM)
	Project Title	PROFISCO – Piauí. Projeto de Desenvolvimento e Aperfeiçoamento da Gestão Fiscal do Estado do Piauí (PROFISCO/PI)
	Project Number	BR-L1238
	Safeguard Specialist(s)	Arcindo Santos
	Assessment Date	2009-02-26
	Assessment Number	2009-02264531-2
Additional Comments		

PROJECT CLASSIFICATION SUMMARY	Project Category: C	Override Rating:	Override Justification:
			Comments:
	Conditions/Recommendations	<ul style="list-style-type: none"> Normally no environmental impact assessment studies or consultations are required for Category "C" operations. Some Category "C" operations may require specific safeguard/monitoring requirements (Policy Directive B.3). These operations will establish safeguard/monitoring requirements for environmental and other risks (social, disaster, cultural, H&S etc.) The Project Team must send to ESR the PP or PCD (or similar) containing the E&S Strategy (the requirements for an ESS are described in the Environment Policy Guideline: Directive B.3) plus the Safeguard Policy Filter and Screening Form Reports. <p><i>Policy Directives can be accessed from the Resources tab on the Toolkit home page.</i></p>	

SUMMARY OF IMPACTS/RISKS AND POTENTIAL SOLUTIONS	Identified Impacts/Risks	Potential Solutions
	No issues identified	

ASSESSOR DETAILS	Name of person who completed screening:	Date:
	Comments:	

BRASIL

PROFISCO - PIAUÍ

**PROJETO DE DESENVOLVIMENTO E APERFEIÇOAMENTO DA GESTÃO FISCAL DO
ESTADO DO PIAUÍ (PROFISCO/PI)
(BR-L1238)**

ESTRATÉGIA DE SALVAGUARDAS AMBIENTAL E SOCIAL

Em relação à questões de salvaguardas ambientais e sociais, o Projeto obteve uma classificação “C”, de acordo com os critérios do “Sustainable Finance Toolkit” do Banco (ver Anexo II), que é consistente com a avaliação da Equipe de Projeto por se tratar de operação de modernização institucional de uma Secretaria de Finanças. Não se espera que o Programa tenha impactos ambientais e sociais negativos, conseqüentemente, não se considera necessária a preparação de uma Estratégia Ambiental e Social (EAS) para o Projeto.

BRASIL
PROFISCO – PIAUÍ
PROJETO DE DESENVOLVIMENTO E APERFEIÇOAMENTO DA GESTÃO FISCAL DO ESTADO DO PIAUÍ (PROFISCO/PI)
(BR-L1238)

ÍNDICE DOS TRABALHOS SETORIAIS CONCLUÍDOS E PENDENTES

Estudos	Descrição	Data Esperada	Referências e Links arquivos técnicos
	1. Macro Diagnóstico Institucional-Fiscal.	Concluído	IDBdocs1946326
	2. Matriz de Problemas, Soluções e Resultados.	Concluído	IDBdocs1946350
	3. Relatório de Gestão Fiscal SEFAZ/PI 2008.	10 de maio de 2009	IDBdocs1972752
	4. Carta-consulta PMAE/BNDES.	Concluído	IDBdocs1946351
	5. Plano Estratégico da SEFAZ/PI.	Concluído	IDBdocs1946353
	6. Programa de Ajuste Fiscal do Estado do Piauí – STN Anexos I a V.	Concluído	IDBdocs1946358
	7. Relatório de Encerramento do PNAFE/PI (PCR).	Concluído	IDBdocs1946363
Análise de risco.	Aplicação da metodologia de análise de risco com participação dos órgãos envolvidos no Projeto.	Concluído	IDBdocs1972752
Mecanismo de execução e questões fiduciárias e de controle.	Proposta de mecanismo de execução do projeto incluindo: (i) descrição da estrutura organizacional vinculada à execução do Projeto; (ii) atribuições e competências da unidade executora; (iii) mecanismos de execução descentralizada; (iv) gestão financeira e auditoria; (v) aspectos orçamentários; e (vi) apropriação institucional dos resultados do Projeto.	10 de maio de 2009	
Análise financeira do Projeto.	Quadros demonstrativos dos ganhos financeiros em produtos selecionados. Relatório da análise financeira do Projeto.	22 de maio de 2009 29 de maio de 2009	
Atores-chave e questões políticas.	Preparação de minutas de convênios para viabilizar a participação de atores-chave na execução do projeto (SEA, PGE, SPG).	29 de maio de 2008	
Plano de Ações e Investimento (PAI) do Projeto.	Detalhamento das atividades e orçamento do Projeto.	29 de maio de 2008	
Linha de base para o Marco de Resultados.	Será definida uma metodologia para a coleta de dados que permitirá a construção da linha de base e o monitoramento dos resultados prioritários.	29 de maio de 2008	
Marco de Resultados do Projeto.	Detalhamento dos resultados esperados relativos à produtos selecionados.	29 de maio de 2008	

Anexo V

Este anexo fue extraido por ser confidencial.